

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA AEP - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL, JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA DE BARROS, NO IDN - INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL, SOB O TEMA «SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DA INDÚSTRIA PORTUGUESA», NA DELEGAÇÃO DO PORTO DO IDN, NO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2014

Evolução recente mostra claramente a perda de peso da Indústria

Sabemos que, ao longo de várias **décadas**, o nosso País assistiu a uma **orientação estratégica errada** em termos do modelo de crescimento da economia portuguesa, **traduzida no afastamento do investimento de sectores mais expostos à concorrência internacional** ("sectores transacionáveis" - por excelência a Indústria Transformadora, I.T.), em regra com maiores ganhos potenciais de produtividade e de eficiência, **por contraponto a uma concentração em sectores "mais protegidos"** (sectores regulados, como a eletricidade e as telecomunicações, ou as infraestruturas), que foram apoiados pelas políticas públicas e pela banca.

O direcionamento para os sectores não transacionáveis da economia **teve como consequência um conjunto de custos excessivos** (rendas do setor energético; custos futuros das Parcerias Público Privadas ...) **que penalizaram seriamente** aquele que deveria ser considerado o principal motor de desenvolvimento económico: **o setor industrial!**

Também sabemos que **esta tendência foi particularmente gravosa para as regiões Norte e Centro do País**, especializadas na produção de bens transacionáveis e com forte orientação exportadora.

Apesar das **estatísticas poderem incorporar alguma subavaliação do peso do setor industrial**, por ignorarem os impactos indiretos e induzidos que este exerce noutros sectores, a montante e a jusante, bem como fenómenos de *outsourcing* (com a deslocação de funções de natureza terciária, até então desempenhadas pela indústria e como tal contabilizadas, para o sector dos serviços), **Portugal tem vindo a assistir a um processo de desindustrialização crescente.**

Os dados mais recentes continuam a evidenciar uma redução do peso relativo da indústria na produção e no emprego (SLIDE 2). Só entre 2000 e 2012 Portugal assistiu a uma redução de 3,2 p.p. do peso do VAB da indústria transformadora (I.T.), para 13,9%, e de 4,2 p.p. do peso do emprego, para 15,2%.

Há, contudo, algumas exceções, como é o caso da Alemanha, que conseguiu sustentar esta tendência, com um peso, em termos de VAB, em torno de 22,4% em ambos os anos (**SLIDES 3 e 4**).

Reindustrialização: uma agenda europeia e nacional

Não é novidade que **a Europa**, em geral, e **Portugal**, em particular, **estão empenhados numa agenda de reindustrialização**, onde a indústria desempenhe um papel de alavanca da recuperação económica, projetando um horizonte de crescimento inteligente, inclusivo e sustentável, que gere emprego e promova a coesão económica e social.

No caso de Portugal, trata-se de reiniciar um caminho que nunca deveríamos ter abandonado!

A nível europeu, há menos de três semanas atrás (em 22 janeiro 2014) uma **comunicação da Comissão Europeia** apelava a "**uma ação imediata que conduza a um renascimento industrial europeu**", onde "*insta os Estados-Membros a reconhecerem a importância central da indústria para a criação de emprego e o crescimento na Europa, bem como a integrarem as preocupações em matéria de competitividade da indústria em todos os domínios de intervenção política*".

A Comissão considera que devem ser adotadas as seguintes prioridades para apoiar a competitividade da indústria europeia (para que o setor atinja uma quota equivalente a 20 % do PIB até 2020):

- **Reforçar a integração da competitividade industrial em todos os domínios políticos**, tendo em conta a importância da contribuição da indústria para o desempenho global da economia da UE.
- **Maximizar o potencial do mercado interno através do desenvolvimento das infraestruturas necessárias**, oferecendo um quadro regulamentar estável, simplificado e previsível, favorável ao empreendedorismo e à inovação (...).
- **Adotar medidas no mercado interno e a nível internacional para assegurar o acesso à energia e às matérias-primas a preços acessíveis** que reflitam as condições internacionais.
- **Implantar e aplicar os instrumentos de financiamento europeus, com fontes de financiamento nacionais**, com vista a prosseguir a inovação, o investimento e a reindustrialização.
- **Restabelecer as práticas normais de concessão de crédito à economia real (...)** e criar as condições para o desenvolvimento de fontes alternativas de financiamento.
- **Facilitar a integração progressiva das empresas da UE e das PME, em particular, em cadeias de valor mundiais**, a fim de aumentar a sua competitividade e assegurar o acesso a mercados globais em condições de concorrência mais favoráveis.

No **caso português**, torna-se ainda mais premente a aposta na **produção industrial** (fundamentalmente na **I.T.**), que favoreça as **exportações** e a **substituição de importações**, que **valorize os nossos recursos naturais** e que **seja capaz de ser o suporte de várias atividades**.

A **Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020** – EFICE (aprovada pela RCM 91/2013, de 23 de dezembro), sobre a qual a AEP teve a oportunidade de se pronunciar (como sucedeu com a primeira versão, de abril de 2013), será uma importante via para inverter o “declínio” do setor industrial, que coloca fortes limitações à capacidade de Portugal em termos de base para um crescimento económico sustentável.

A Estratégia estabelece como metas (**SLIDE 5**):

- Elevar o peso da indústria na economia portuguesa para 18%, em 2020;
- Aumentar a intensidade exportadora (atualmente em torno de 41%) para 45% em 2015 e 52% em 2020;
- Aumentar a taxa de emprego da população entre 20-64 anos, para 75% em 2020;
- Reforçar o investimento em I&D por forma a atingir 2,7% do PIB, em 2020.

O papel da I.T. (contributo da balança comercial de bens) na correção do desequilíbrio externo

Há **dados recentes que demonstram bem a importância da I.T. no processo de recuperação económica do nosso País**. Portugal tem conseguido alcançar, desde o início da implementação do PAEF, a correção de alguns desequilíbrios estruturais (acumulados ao longo de muitos anos). Um dos mais significativos é a **correção do desequilíbrio externo**, que tem evoluído a um ritmo bastante mais rápido do que o inicialmente previsto. (**SLIDE 6**):

Portugal alcançou **em 2012 um saldo da balança corrente e de capital positivo** (0,3% do PIB), o que **aconteceu pela primeira vez em muitos anos**.

De acordo com as projeções do Banco de Portugal (Boletim Económico de Inverno), no **ano de 2014** a economia portuguesa apresentará pelo **terceiro ano consecutivo uma capacidade de financiamento face ao exterior, reforçada para 3,8% do PIB (após 2,5% estimada para 2013)**. Para 2015 prevê-se que atinja 4,7% do PIB.

Para a correção do desequilíbrio externo tem contribuído a evolução muito positiva da balança de bens e serviços, em resultado da **redução das importações** e, sobretudo, do **dinamismo das exportações portuguesas de bens e serviços**, com ganhos de quota de mercado num contexto de queda da procura externa relevante.

São pois as empresas, em particular as pertencentes aos setores de bens e serviços transacionáveis, que com o bom desempenho das suas exportações têm contribuído para este ajustamento tão significativo, permitido elevar a intensidade exportadora¹, que se encontra num máximo de várias décadas (muito embora se mantenha num patamar muito inferior ao observado por países europeus de dimensão semelhante), (**SLIDE 7 e SLIDE 8**).

¹ Ainda que parcialmente associada a uma queda do PIB, que tem um efeito positivo no rácio.

De acordo com os **dados mais recentes do comércio internacional**, as exportações de bens registaram variações homólogas nominais significativas: de 4.4% de janeiro a novembro de 2013, após um aumento de 5.7% em 2012 (**SLIDE 9**).

Salienta-se o aumento das exportações de vários grupos de produtos da indústria transformadora, como "alimentação, bebidas e tabaco", "plásticos e borracha", "têxteis", "madeira e cortiça", "químicos" e "calçado". O grupo "peles e couros" apresentou a segunda maior taxa de crescimento de janeiro a novembro (22.9%), embora o seu peso reduzido determinou um contributo pouco significativo para o crescimento total das exportações (0.1 p.p.).

Por grupos de produtos, continua a destacar-se a elevada influência da componente de "combustíveis" (ligada ao aumento da capacidade da refinaria de Sines), que subiu 22.5% em 2012 e 32.4% nos onze primeiros meses de 2013, em termos homólogos, com um contributo predominante para o aumento das exportações (explica 61% do aumento das exportações totais entre janeiro e novembro 2013). Excluindo esta componente, o crescimento das exportações de bens reduz-se para 4.4% e 1.8%, respetivamente.

Prossegue o esforço de diversificação dos mercados de destino das exportações portuguesas de bens:

Dos 20 principais mercados de exportação (SLIDE 10), considerando os pesos em 2012, **as maiores subidas** homólogas no período de janeiro a novembro de 2013 **foram registadas fora da UE: Marrocos** (65.5%, após 18.4% em 2012) – que proporciona o segundo maior contributo para o crescimento global das exportações (0.7 p.p.), **Argélia** e **Brasil**.

Dentro da UE, é de salientar o aumento de 10.5% das exportações para a Polónia (0% em 2012) **e, em particular, a subida de 9.8% para o mercado espanhol** (em recuperação após uma queda de 4.7% em 2012), que representa o maior contributo (2.2 p.p.).

- **De notar que desde 2010 o peso das exportações portuguesas para o mercado extracomunitário elevou-se em 5 p.p. (SLIDE 11).**

Estou certo que a AEP, através das suas ações de apoio à internacionalização das empresas, tem também dando um contributo muito positivo para esta tendência.

É necessário, porém, alargar a base exportadora: as exportações portuguesas estão fortemente concentradas num número muito reduzido de empresas. Em 2012, as 1000 maiores exportadoras representavam 73,1% do total das exportações nominais, enquanto o seu peso no VAB ascendia a 26% e no emprego a 12,4% (**SLIDE 12**).

Por outro lado, considerando os dados do número de empresas referentes ao ano de 2011 (último ano disponível), as 1000 maiores empresas exportadoras representavam apenas 0,27% no total de empresas em Portugal (considerando unicamente as sociedades: 367541). Ou seja, **em 2011 apenas 0,27% das empresas (as 1000 maiores exportadoras) concentravam cerca de 73% das exportações totais nominais!**

A par de uma maior internacionalização da economia portuguesa é, também, fundamental estimular a procura interna (investimento e consumo)

Também esta temática está intimamente relacionada com a reindustrialização. De notar que a “**Estabilização da procura interna**” é precisamente **um dos eixos de atuação da EFICE** - Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020.

No que se refere ao consumo privado, as projeções do Banco de Portugal apontam para uma diminuição de 2% para 2013, após a contração de 5,6% em 2012 (face ao quadro desfavorável do aumento da carga fiscal sobre as famílias, de redução do emprego e de moderação salarial), (**SLIDE 13**).

Conhecem-se bem as nefastas consequências dos aumentos registados e sobretaxas introduzidas no IRS, que conduziram a uma redução no rendimento disponível das famílias e produziram um impacto muito negativo na procura interna e na evolução do PIB (face ao elevado peso do consumo privado no PIB, de praticamente dois terços). Torna-se, pois, essencial combater estas causas, sob pena de se assistir a um maior número de encerramento de empresas e de perda de postos de trabalho.

E, como bem sabemos, a **taxa de desemprego** atingiu valores historicamente elevados. (**SLIDE 14**).

Apesar de estar a dar sinais de alguma redução, as projeções apontam para que nos próximos anos o desemprego em Portugal se mantenha em níveis ainda substancialmente elevados – a taxa de desemprego poderá ser de 15,6% em 2018, o que é particularmente preocupante, não permitindo antever um aumento do rendimento disponível e, por essa via, do consumo privado!

Embora não existindo projeções para a **taxa de desemprego jovem (15-24 anos)**, sabemos que esta situação é muito preocupante. Portugal registou uma taxa de desemprego jovem de 37,7% em 2013.

De acordo com os últimos dados de execução orçamental da Segurança Social ², **em 2013 a despesa com “subsídio de desemprego e apoio ao emprego” atingiu 2.725,8 milhões de euros**, correspondendo a um **aumento de 5,1%** (ou seja +132,8 milhões de euros do que em 2012).

² Síntese de execução orçamental 2013 (divulgada no dia 23/1/2014)

Porém, **esta é apenas a parte visível do efeito do desemprego nas finanças públicas**. A isto há que somar a perda de receita (que não é objetivamente visível): as pessoas desempregadas não descontam IRS e não descontam TSU (e neste caso também seus empregadores não descontam).

No Relatório do **Orçamento do Estado para 2014**, na análise de riscos do cenário macroeconómico, designadamente dos relacionados com a atividade económica interna, **é apresentado o efeito de um aumento da taxa de desemprego (em 1,1 p.p.) no saldo orçamental e na dívida pública (SLIDE 15)**.

O Relatório refere que "O aumento da taxa de desemprego em 1 p.p. tem como efeito a diminuição do saldo das administrações públicas em 0,4 p.p. Para este resultado concorre, em primeiro lugar, o impacto direto de um maior desemprego (e menor emprego) e maior despesa em prestações sociais (em particular, subsídio de desemprego) e menor receita de contribuições sociais e coleta de IRS. Acresce o efeito que o aumento do desemprego tem na diminuição do consumo privado e, desta forma, na menor coleta dos impostos indiretos.

O efeito esperado no rácio da dívida pública é essencialmente derivado do maior défice orçamental mas também do menor PIB nominal".

O Relatório refere, ainda, "os novos desempregados tendem a auferir uma remuneração média superior ao dos novos contratados, tendo efeitos potencialmente mais negativos na conta da Segurança Social".

Não devemos ignorar a existência de **outros aspetos de cariz estrutural**, que tendem a limitar as bases para um crescimento económico sustentado do nosso País e **que não podem estar desligados das perspetivas para a indústria**.

Refiro-me à situação do país em termos de **qualificações**, que constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento de atividades produtivas mais intensivas em conhecimento, com consequências negativas ao nível da produtividade e da competitividade da economia portuguesa.

Muito preocupante é a **taxa de abandono escolar precoce**³, que se mantém muito elevada, (**SLIDE 16**). Em Portugal, são muitos os jovens que abandonaram precocemente o ensino ou os cursos de formação profissional. Apesar da quebra acentuada na última década, **Portugal está longe da média da UE e da meta fixada na Estratégia 2020** (10%). Em 2012 apresentava o terceiro valor mais elevado da UE (20,8%), sendo considerado um dos três *outliers* no diagrama de extremos-e-quartis! Significa isto que terá que descer para metade a percentagem de jovens que abandonam prematuramente a escola!

³ O abandono escolar precoce definido como a taxa de jovens entre os 18 e os 24 anos com habilitações secundárias, na melhor das hipóteses, que não seguem quaisquer ações de educação nem formação.

Por outro lado, Portugal regista uma elevada proporção de jovens (15-24 anos) que não trabalham, não estudam nem seguem qualquer formação (correntemente apelidados de "NEET"), (**SLIDE 17** e **SLIDE 18**).

O abandono escolar precoce, dando origem a baixas qualificações, contribui fortemente para o elevado desemprego dos mais jovens. Trata-se de um **constrangimento grave para o processo de reindustrialização**, em particular ao nível das competências em termos de I&D, e para o desenvolvimento económico e social do País (como já referi).

Relançamento do investimento: em que que indústria(s)?

A inversão destas tendências exige, por isso, **o relançamento do investimento, fundamentalmente privado e no setor industrial**. Só com o relançamento do investimento (que tem registado um comportamento muito negativo: em 2013 deverá ter contraído 8,4%, após a queda de 14,5% em 2012) será possível **gerar riqueza e criar emprego de forma sustentada** (invertendo a trajetória de desemprego).

Reindustrializar não deve significar voltar ao passado! A **estratégia de fomento industrial não pode estar dissociada da "Estratégia Europa 2020"**, que se centra em ambiciosos objetivos. A Estratégia visa *"um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo: inteligente – mediante o investimento na educação, na investigação e na inovação; sustentável – dando prioridade à transição para uma economia de baixo teor de carbono e a uma indústria competitiva; inclusiva – que dê especial atenção à criação de emprego e à redução da pobreza.* (**SLIDE 19**).

Tudo isto requer um conjunto de competências, associadas em larga medida aos **"centros do conhecimento", e recursos humanos qualificados**.

Reconhecidamente, nos últimos anos o sistema nacional de I&D evoluiu num processo acelerado de convergência com a média da União Europeia.

Os dados **do Relatório Innovation Union Scoreboard 2013 (Valores relativos: UE27=100)** mostram que **Portugal, apesar de ter vindo a registar progressos assinaláveis em vários indicadores de I&D, mantém algum atraso relativo**: a maioria dos indicadores encontra-se abaixo da média da União Europeia (**SLIDE 20 e SLIDE 21**).

É de assinalar a **evolução do indicador relativo aos novos doutorados**, que conheceu uma quebra acentuada (o Relatório assinala *"A strong decline is observed for new doctorate graduates"*). Será isto um sinal de "desinvestimento na Ciência e Investigação"?

De notar que recentemente tem vindo a público informação de uma quebra significativa na atribuição de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento.

Porém, queremos acreditar que assim não seja! Desde logo porque tal situação potenciará a chamada “fuga de cérebros” do nosso País com todas as implicações negativas ...

Também não devemos esquecer que, no novo Sistema Europeu de Contas (SEC) 2010, os gastos em I&D (tal como os gastos em sistemas de defesa e armamento) passam a ser classificados como FBCF (investimento), pelo que a consequência imediata do acréscimo destas rúbricas é o aumento do valor do PIB, ainda que por mero efeito estatístico, mas com implicações positivas nos rácios exigidos ao nível do défice e da dívida.

Também é certo que **não poderá estar em causa o desaparecimento dos setores industriais ditos tradicionais**. Considero que **se deve manter “o que de bom existe no nosso País”, incorporando nessas indústrias novos modelos de negócio, com engenharia e inovação nos produtos e/ou nos processos** (fazendo a ligação com o sistema científico e tecnológico), conseguindo por essa via uma eficaz estratégia de diferenciação e de maior valor acrescentado. É, assim, fundamental que o estudo e a pesquisa nas universidades e centros do conhecimento sejam cada vez mais orientados para a investigação aplicada, sendo essencial transformar conhecimento científico em valor económico. Trata-se basicamente de “fabricar o mesmo de forma diferente”. As indústrias têxteis e do calçado são dois bons exemplos. (**SLIDE 22**).

Paralelamente ao desenvolvimento de *clusters* de sucesso já existentes, **é desejável o desenvolvimento de *clusters* industriais, sobretudo ligados à utilização intensiva de recursos naturais de que dispomos**.

O **investimento nos setores ligados à economia do mar**, fundamentalmente aos seus recursos transacionáveis, é claramente reprodutivo, pelo que poderá ter um papel relevante na recuperação económica do nosso País.

Também a realização de projetos de **investimento na área das energias renováveis e da eficiência energética** poderá desempenhar um importante papel no processo de reindustrialização. A aposta na produção de energia renovável (eólica, solar ...) permitirá uma redução da dependência do petróleo e, conseqüentemente, a uma redução do défice da balança energética, bem como a uma redução das emissões de CO₂, contribuindo, assim, para o combate às alterações climáticas. Acresce a proteção dos consumidores face à volatilidade dos preços do petróleo.

Portugal, como **País particularmente abundante em sol e vento, tem condições particularmente atrativas para a produção de energia renovável e para se tornar um importante exportador deste tipo de energia no contexto europeu, contribuindo, através da sua exportação para países menos favorecidos, para o cumprimento das metas de clima e energia delineadas a nível europeu**.

De notar que a **sustentabilidade energética tem um carácter multidisciplinar, com um efeito de arrastamento noutros domínios**. As empresas portuguesas, em particular as de pequena e média dimensão, deverão saber aproveitar as oportunidades que se lhes deparam (designadamente como potenciais fornecedores de tais soluções).

No âmbito da melhoria da eficiência energética dos materiais de construção dos edifícios, o **setor da construção** poderá ter uma excelente oportunidade. Mas **esta oportunidade estende-se também a outros setores industriais**, como sejam ao nível dos equipamentos elétricos e de iluminação, entre muitos outros. A realização de investimentos nesta área induz **outros impactos positivos não negligenciáveis**, designadamente ao nível do desenvolvimento das capacidades **no domínio da engenharia** (desenvolvimento de novas tecnologias, inovação de produtos e processos).

Ora, toda esta temática ligada à sustentabilidade energética perspetiva a criação de novos negócios e o desenvolvimento dos já existentes, o que é particularmente relevante e oportuno no atual contexto. Tudo isto poderá dar um forte contributo para a reindustrialização do País e, assim, para a recuperação económica e criação de emprego.

Considero, por outro lado, que **o estímulo ao investimento público não deve, também, ser ignorado**, o que passa pela necessidade de se estabelecerem políticas “contra cíclicas”, orientadas contra o impacto negativo da austeridade, mas sempre em prol da promoção da competitividade da economia portuguesa, em particular das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis.

Encontra-se neste âmbito o **investimento de suporte à internacionalização da economia**, designadamente ao nível das **infraestruturas de transporte (fundamentalmente ferrovia e portos) e logística, com vista a uma melhoria da conetividade internacional**.

Para além dos benefícios em termos energéticos e ambientais, por se tratar de uma tipologia de investimento público desconcentrado no tempo (isto é, de médio e longo prazo) e no espaço (ao longo de centenas de quilómetros) são esperados efeitos muito positivos em termos de absorção de mão-de-obra e de integração das regiões.

O novo **período de programação dos fundos estruturais, que agora se inicia** (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento 2014-2020) terá de ser um instrumento de apoio à transformação estrutural, ao aumento da competitividade e ao combate ao desemprego, em suma, à reindustrialização do País!

A **proposta do Acordo de Parceria**, que o Governo português enviou à Comissão Europeia no passado dia 31 de janeiro, denominado **Portugal 2020**, que agora entra na fase de negociação formal, vai nesse sentido. Pode ler-se na proposta: *“O reforço da competitividade e da internacionalização da economia portuguesa passa assim também pela redução da desvantagem competitiva em termos de custos (e tempos) de **transporte e logística decorrente da sua posição geográfica e do insuficiente desenvolvimento das ligações ao centro económico europeu**. Verifica-se, em especial, uma necessidade de investimento no desenvolvimento das infraestruturas de transporte de mercadorias e logística nos **domínios ferroviário, marítimo-portuário e plataformas logísticas**, com especial incidência em infraestruturas integradas nas Redes Transeuropeias de Transportes.*

Adicionalmente, não obstante a boa cobertura da rede rodoviária principal, regista-se ainda uma necessidade de intervenção em pequenos troços (last mile) rodoviários de ligações de espaços de concentração de atividade económica às redes principais. Estes troços são fundamentais para superar estrangulamentos à competitividade das empresas, que se traduzem, nomeadamente, na falta de conexões logísticas eficientes e com capacidade de carga ou em tempos e/ou condições de transporte de mercadorias com impactos negativos nas condições de competitividade das empresas”. Com efeito, face à localização fronteiriça no Oeste da Europa, onde confluem tráfegos marítimos provenientes de todo o mundo, e às oportunidades criadas pela próxima abertura das novas eclusas do canal do Panamá (**SLIDE 23**), Portugal tem potencial para explorar os seus portos e transportes marítimos. Por outro lado, deverá antecipar urgentemente as ameaças de outras rotas alternativas, a rota do Ártico, ou portos alternativos, como Tanger II, (**SLIDE 24**).

Os portos portugueses, alicerçados num conjunto de infraestruturas, das quais se deverão destacar as ligações entre as plataformas logísticas, conexas com os portos, por via-férrea, em Portugal e com a vizinha Espanha, poderão vir a desempenhar um importante papel no comércio entre a América, a África, a Ásia e a Europa.

Assim, a logística e a nossa nova centralidade nas rotas do comércio mundial surgem, naturalmente e com extrema importância, no desenvolvimento futuro de novas áreas de negócio para a indústria e, em geral, para a economia.

Para além do apoio a investimentos em infraestruturas de transporte, a proposta do Acordo de Parceria prevê (**SLIDE 25**): *“incentivos diretos ao investimento empresarial, sobretudo em I&I, qualificação de PME, focalizados em estratégias de internacionalização; apoios indiretos ao investimento empresarial, para a capacitação das empresas; mecanismos de engenharia financeira para a superação dos problemas de financiamento das PME; apoios à produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico, promovendo as ligações internacionais do sistema nacional de I&I, assim como a transferência de conhecimento e tecnologia entre empresas, centros de I&D e o ensino superior; apoios à formação empresarial para capacitar os recursos humanos das empresas para os processos de inovação e internacionalização; e apoios à modernização administrativa e capacitação da Administração Pública, visando a redução dos custos públicos de contexto”.*

A **alocação de fundos comunitários no montante de 25,24 mil milhões de euros** a estes objetivos temáticos reveste-se da maior importância, porque **atuará de forma direta no tecido empresarial** (cerca de um quarto, ou seja **6,2 mil milhões de euros, destina-se a reforçar a competitividade das PME**) **mas também de forma indireta**, de modo a **assegurar um enquadramento propício à atração de novo investimento (re)produtivo**, nacional e estrangeiro.

Termino, referindo que, paralelamente a todos estes apoios à melhoria da envolvente empresarial, teremos todos de reagir para que o processo de reindustrialização comece hoje: os portugueses em geral, com as suas atitudes e opções que tomam diariamente em termos de consumo, continuando a valorizar e a privilegiar o que é português, e os empresários em particular, empenhando-se no processo de criação de valor em Portugal.

Desta forma, podemos ajudar a inverter a trajetória de recessão, o que parece estar agora a desenhar-se⁴ de uma forma relativamente sólida.

Estou certo que o conseguiremos!

Muito obrigado.

⁴ Os dados do PIB do segundo e terceiro trimestres de 2013 mostram a saída da recessão técnica. Também o Boletim Económico de Inverno do Banco de Portugal reviu de forma bastante favorável as previsões macroeconómicas para a economia portuguesa, apontando-se, agora, para uma menor queda do PIB em 2013 (-1.5%, face a -1.6% nas projeções de outono), um crescimento superior em 2014 (0.8%, contra 0.3% nas anteriores estimativas) e uma aceleração em 2015 (para 1.3%), (**SLIDE 13**).